



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais [ST]

PRECÁRIOS EM TRAJETÓRIA DE EMPREGO EM CARROSSEL: TRABALHADORES POBRES EM PORTUGAL

DIOGO, Fernando

Doutor em Sociologia

Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores

fdiogo@uac.pt

VAZ, Fernanda Freitas

Mestre em Sociologia

Universidade dos Açores,

ferserrao@hotmail.com

Resumo

A precariedade no emprego é uma temática em crescendo de importância na sociedade atual, dado que afeta um número cada vez maior de indivíduos e abrange categorias sociais antes não incluídas (Diogo, 2012b). Neste sentido, a precariedade dos licenciados ou de categorias sociais específicas tem sido objeto de estudo recente (cf. por exemplo Chaves *et al.* 2009, Cruz 2008 ou Gonçalves, 2009). Contudo, o que a define, em boa parte, é a sua relação com formas atípicas de emprego. Ora, num país com dificuldades em aplicar a regulação estatal a toda a sociedade, e em especial à economia, as formas atípicas de emprego associam-se aos mais pobres, sendo entre estes, portanto, que se encontra a maioria dos indivíduos em situação de precariedade.

Isto significa que, ao contrário do que se pode pensar, a precariedade no emprego em Portugal não é recente nem está especialmente associada às classes médias, constituindo estas ideias um efeito de ocultação da sua disseminação entre as categorias sociais mais despossuídas. Assim, esta comunicação é, em parte, um contributo para o recentramento do problema, para que a análise da precariedade no emprego seja feita em função da realidade social e não da capacidade de mobilização política (e dos interesses) de uma ou várias frações da população.

Procura-se atingir esse objetivo, analisando-se as trajetórias de emprego e as características sociodemográficas básicas de um conjunto de indivíduos (selecionados mediante critérios de representatividade social, vide Vaz, 2013) alvo de entrevistas aprofundadas, em ordem a perceber-se até que ponto a sua passagem por um programa ocupacional (Prosa) teve algum tipo de impacto na sua relação com o emprego ou se continuam envolvidos numa espiral de trajetória de emprego em carrossel (Diogo, 2010). Neste sentido, trata-se de analisar uma das dimensões da relação com o emprego e com o trabalho de indivíduos em situação de pobreza, sendo este o segundo objetivo desta comunicação.

Abstract

The precariousness in employment is theme of growing importance in today's society, given that affects a growing number of individuals and covers social categories not previously included (Diogo, 2012b). In this sense, the precariousness of undergraduates or particular categories has been the subject of recent study (cf. eg Chaves *et al.* 2009, Cruz 2008 or Gonçalves, 2009). However, what defines this concept, in a good part, is its relationship with atypical forms of employment.

Furthermore, in a country struggling to implement state regulation to the whole society, especially to the economy, atypical forms of employment are associated with the poorest, being among these, thus, that we can find a larger group of individuals in a situation of precariousness.

This means that, contrary to what one might think, the precariousness in employment in Portugal is neither recent nor is especially associated with the middle classes, these ideas constitute an effect of concealment of its dissemination among the most disenfranchised social categories. Thus, this communication is partly a contribution to the refocusing of the problem so that the analysis of precarious employment is made on the basis of social reality and not the capability for political mobilization (and interests) of one or several fractions of the population.

We seek to achieve this goal by analyzing the trajectories of employment and basic sociodemographic characteristics of a set of individuals (selected by criteria of social representativeness, see Vaz, 2013) object of a process of in-depth interviews, in order to realize in what extent its passage by an occupational program (called Prosa) had some sort of impact on their relationship with employment or they remain involved in a spiral trajectory of employment carousel (Diogo, 2010). In this sense, this communication is also about analyzing one of the dimensions of the employment relationship and the work of individuals in poverty, this is then the second objective of this communication.

Palavras-chave: Pobreza; emprego; precariedade no emprego; trajetória de emprego em carrossel

Keywords: Poverty; employment; precariousness of employment; trajectory of employment in carousel

1. Introdução: o problema

A precariedade no emprego é uma temática em crescendo de importância na sociedade atual, dado que afeta um número cada vez maior de indivíduos e abrange categorias sociais antes não incluídas (Diogo, 2012b). Neste sentido, a precariedade dos licenciados ou de categorias sociais específicas tem sido objeto de estudo recente (cf. por exemplo Chaves *et al.* 2009, Cruz 2008 ou Gonçalves, 2009). Contudo, o que a define, em boa parte, é a sua relação com formas atípicas de emprego. Ora, num país com dificuldades em aplicar a regulação estatal a toda a sociedade, e em especial à economia, as formas atípicas de emprego associam-se aos mais pobres, sendo entre estes, portanto, que se encontra a maioria dos indivíduos em situação de precariedade.

Isto significa que, ao contrário do que se pode pensar, a precariedade no emprego em Portugal não é recente nem está especialmente associada às classes médias, constituindo estas ideias um efeito de ocultação da sua disseminação entre as categorias sociais mais despossuídas. Assim, esta comunicação é, em parte, um contributo para o recentramento do problema, para que a análise da precariedade no emprego seja feita em função da realidade social e não da capacidade de mobilização política (e dos interesses) de uma ou várias frações da população.

Procura-se atingir esse objetivo, analisando-se as trajetórias de emprego e as características sociodemográficas básicas de um conjunto de indivíduos (selecionados mediante critérios de representatividade social, vide Vaz, 2013) alvo de entrevistas aprofundadas, em ordem a perceber-se até que ponto a sua passagem por um programa ocupacional (Prosa) teve algum tipo de impacto na sua relação com o emprego ou se continuam envolvidos numa espiral de trajetória de emprego em carrossel (Diogo, 2010). Neste sentido, trata-se de analisar uma das dimensões da relação com o emprego e com o trabalho de indivíduos em situação de pobreza, sendo este o segundo objetivo desta comunicação.

A análise dos dados foi realizada através da variante análise categorial da análise de conteúdo e a abordagem qualitativa foi contextualizada mediante a mobilização de dados estatísticos sobre o programa ocupacional em causa. Resta acrescentar que, para aferir estes objetivos, os indivíduos entrevistados deixaram o programa ocupacional, em média, ano e meio antes do momento das entrevistas e que o âmbito da análise é a Ilha de S. Miguel da Região Autónoma dos Açores, cujo governo é a entidade promotora deste programa ocupacional.

2. Precariedade no emprego e trajetória de emprego em carrossel

Uma primeira questão a resolver é o que se entende por precariedade no emprego. Trata-se de um objeto teórico já abordado noutros textos (Diogo, 2010, 2012a, 2012b e 2012c) e que merece aqui uma pequena abordagem, por forma a situar a questão estudada.

Em primeiro lugar, é premente esclarecer que a precariedade é um fenómeno que se foi instalando aquando a crise do Estado-Providência durante a década de 70, com os choques petrolíferos, os quais marcaram um novo ciclo recessivo da economia mundial, abolindo a época do pleno emprego e do emprego para toda a vida (Castel, 2009), aos quais se associa a emergência de novos problemas sociais, como o aumento do défice orçamental, da inflação, da estagnação e do desemprego, assim como o progressivo envelhecimento da população (Mishra, 1995).

Em Portugal a consolidação do Estado-providência aconteceu tardiamente. A sua introdução só foi verdadeiramente possível com a rutura política e social resultante de 1974 (Mozzicafreddo, 1992), altura em que este dispositivo entrava já em crise nos outros países (Carreira, 1996).

Estamos, assim, como designa Beck (2001), perante uma sociedade de risco, que se distingue por um novo sistema económico que destrói o trabalho e origina desemprego.

Santos (2001) acrescenta que as designações utilizadas para descrever esta fase das sociedades podem ser divergentes como modernidade tardia, pós-modernidade, segunda modernidade, modernidade reflexiva, sociedade global, entre outras. Contudo, está na base de todas elas o reconhecimento de que a incerteza, a contradição e o risco marcam o futuro das sociedades.

O “risco de exclusão permanente do mercado de trabalho” e de pertencer ao que Castel (2009) designa de ‘supranumerários’ está sempre presente.

É neste contexto que se incluem os beneficiários do Programa Prosa. Estes vêm-se obrigados a aceitar empregos precários e, a dando momento, uma ocupação num programa ocupacional que lhes garanta, durante algum tempo, um meio de subsistência, atendendo à sua grande dificuldade em integrar-se no mercado de trabalho, como veremos.

A precariedade no emprego pressupõe uma vida profissional incerta, indesejável e provisória. Neste sentido, importa analisar o conceito sob três parâmetros:

Em primeiro lugar, o emprego precário opõe-se a trabalho fixo, sem termo e seguro. É precário o trabalho que não é permanente ou efetivo, o que sai da norma (Diogo, 2010).

Em segundo, este estatuto deriva de alguma coercividade associada a esta forma de contratação, os indivíduos têm de se lhe submeter dado que não têm outra opção (Diogo, 2010, Duarte, 2003). Neste sentido, o emprego precário é visto como sendo preferível ao não trabalho.

Em terceiro, o emprego precário é caracterizado por baixos salários (Rebelo, 2004), menor proteção social, menores oportunidades de progressão na carreira, menor acesso à formação profissional (Duarte, 2003; Oliveira, Carvalho, & Veloso, 2011), originando problemas quanto à adaptação das qualificações, à motivação, à autoestima e autoconfiança dos trabalhadores.

Vivemos num contexto societal em que o estatuto social dos indivíduos se baseia fortemente na sua participação na atividade produtiva. O emprego constitui, “um dos principais mecanismos de integração social nas sociedades europeias contemporâneas. Estar no desemprego não é só estar privado de fonte normal de rendimentos. Também é perder um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade, à rede de relações interpessoais que o emprego proporciona e, ainda, ao sentimento, que do mesmo advém, de participar na vida económica do país” (Costa, 2002).

Neste sentido, ter um emprego, não se trata apenas de aceder a um determinado rendimento. Um emprego constitui um veículo para estabelecer projetos de vida, construir um estatuto, construir uma identidade social, alimentar uma imagem positiva de si próprio, alargar a rede de sociabilidades, manter uma relação normal com as instituições e serviços coletivos, adquirir direitos à saúde e à proteção social e sentir-se dono do seu próprio destino. Assim, a “situação perante o trabalho é, sem dúvida, decisiva, visto que o acesso ao emprego se relaciona com o acesso a uma renda suscetível de suprir as necessidades básicas da família, a um elemento central da formação das identidades e do prestígio social e, ainda, a redes de relacionamento social e de pertença institucional” (Capucha, 1998).

Ter um emprego precário com as características que lhe estão, normalmente, associadas, é ter uma posição social desvalorizada e, no limite, estar em situação de pobreza.

A precariedade não se distribui uniformemente na sociedade, sendo que tendencialmente concentra-se nas classes mais baixas (Diogo, 2010). Se o emprego, entendido como conjunto de benefícios sociais, desempenha um papel fulcral na definição do lugar do indivíduo na sociedade, um emprego de má qualidade (penoso, precário, perigoso...) arrasta os indivíduos para as margens dos modos de vida socialmente aceites ou desejáveis, isto é, para situações de exclusão social e de pobreza (Diogo, 2010).

Contudo, a precariedade no emprego não pode ser vista apenas de forma estática, no momento. É neste sentido que se desenvolveu o conceito de *trajetória de emprego em carrossel*, referindo-se às trajetórias de emprego marcadas por mudanças sucessivas entre empregos e até profissões, em que os períodos de atividade são intercalados com o desemprego, e em que o resultado final é nulo, em termos sociais. Acresce que estas trajetórias de emprego em carrossel se caracterizam, também, pela grande frequência com que os indivíduos realizam essas mudanças, dando a sensação de uma grande velocidade mas, de facto, não saindo do mesmo lugar (social).

Esta ideia de carrossel contrapõe-se à noção de carreira:

[há] um recomeçar contínuo de um percurso profissional que se define mais pelas ausências do que por características próprias: ausência de progressão salarial, ausência de um aumento de responsabilidades, ausência de um aumento de prestígio na organização associada à subida de mais um grau na carreira. Nenhum dos benefícios materiais, sociais e simbólicos associados a uma carreira numa empresa ou numa profissão está à disposição dos indivíduos que desenvolvem uma trajetória de emprego em carrossel. (Diogo, 2007)

3. O programa prosa e as trajetórias de emprego dos seus beneficiários

O Prosa é um Programa Ocupacional criado pelo Governo Regional dos Açores em 1997 dirigido para a inserção no mundo do trabalho de trabalhadores de baixa empregabilidade, sendo assim um programa dirigido a indivíduos em situação de pobreza.

Inicialmente centrou-se nas situações transitórias de emprego, nomeadamente colmatando os períodos de desemprego associados ao trabalho sazonal, sendo mais tarde alargado a todo o tipo de desempregados.

O número de indivíduos que, ao longo de mais de uma década, tem passado por este programa ocupacional, é suficientemente relevante para ter permitido a construção de uma verdadeira categoria social, associada à precariedade no emprego e às dificuldades de integração no mercado normal de trabalho. Assim, constituiu-se, nesta categoria social, um verdadeiro microcosmos da precariedade no emprego, em especial envolvendo indivíduos com as formas mais extremas de precariedade, algo que justifica o seu estudo.

As estatísticas produzidas pelas entidades oficiais não permitem que a precariedade na diacronia, isto é a trajetória de emprego em carrossel, seja observada, daí a necessidade de interrogar em profundidade sobre este assunto. Acrescente-se que a dimensão diacrónica não tem sido alvo de muita atenção, no que a Portugal respeita (Rosa *et al.*, 2000, Santana e Centeno, 2000, Rebelo, 2002, 2004, Kovács *et al.*, 2005a, Cruz, 2008, CET, 2009, Oliveira *et al.*, 2008, 2011, Gonçalves *et al.*, 2009, Chaves *et al.*, 2009, Alves *et al.*, 2011, e vários textos publicados no Observatório das Desigualdades, OD, 2012), pelo que uma abordagem intensiva se justifica para conseguirmos perceber quer as regularidades sociais que perpassam este processo social e as pessoas que por ele são afetadas quer os eventuais tipos de precariedade no emprego que se podem encontrar entre os indivíduos em situação de pobreza.

As entrevistas em profundidade são enquadradas e contextualizadas pelo tratamento estatístico dos dados fornecidos pela Direcção Regional do Emprego, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor (DREQPDC) relativamente aos anos de 2008, 2009 e 2010 sobre os beneficiários do programa ocupacional Prosa na ilha de S. Miguel, Açores, num total de 1234 indivíduos. Informações adicionais sobre a seleção dos entrevistados e métodos usados neste estudo para a recolha e tratamento da informação podem ser consultados em Vaz (2013).

Começamos, portanto, por apresentar uma breve caracterização dos beneficiários deste programa ocupacional na ilha de S. Miguel para depois nos centrarmos na análise das trajetórias de emprego dos entrevistados. Assim, e no que respeita à idade, observa-se que a maioria é relativamente jovem, situando-se entre os 25 e os 44 anos, com valores médios de 56.6% para os anos em análise, acresce que os mais velhos (55 e mais anos) apresentam o menor contingente de toda a distribuição. Já no que concerne ao sexo, embora com algumas oscilações anuais, existe um relativo equilíbrio ao longo do período em análise (média anual de 52% de indivíduos do sexo feminino).

Quanto às habilitações literárias verifica-se que os beneficiários com escolaridade inferior ao 4º ano são os que têm maior peso na distribuição, com valores médios de 44.5% no período. Seguem-se os que apresentam uma escolaridade entre 4 e 6 anos e 7 a 9 anos com um peso médio anual de 23.8% e 21.7%, respetivamente. Os beneficiários com 10 anos de escolaridade ou mais são muito pouco representativos (10% de média anual, embora com grandes oscilações).

As entidades que receberam estes trabalhadores foram sobretudo as 6 Câmaras Municipais da Ilha com 42.4% do total para o período (em média anual), mas também as IPSS (35.2%) e, em menor grau, as Juntas de Freguesia (16.9%). Havendo outros tipos de entidades envolvidas os quantitativos são irrelevantes.

Conclui-se, portanto, que a maioria dos beneficiários são relativamente jovens, fracamente escolarizados e de ambos os sexos, sendo enquadrados, maioritariamente, em autarquias e IPSS.

Respeitando os principais traços deste perfil foram efetuadas doze entrevistas semidiretivas, com indivíduos que estiveram um ano a um ano e meio no Prosa em seis instituições diferentes. Estes entrevistados têm idades compreendidas entre os 24 e os 63 anos, sendo 6 de cada sexo. No que se refere à escolaridade, oito têm o 4º ano ou menos, três o 9º ano e um o 12º ano.

De seguida analisou-se as suas trajetórias de emprego, centrando-nos em momentos chave, dos quais o primeiro respeita à transição escola-trabalho, tendo em vista, neste caso, perceber até que ponto é que esta transição é decisiva para a construção de uma trajetória de emprego que, a seu tempo, os levou ao Prosa (com o que isso significa de má inserção no mundo do trabalho) e à situação no momento da entrevista. Posteriormente, e com o auxílio da tabela seguinte, analisar-se-ão quatro momentos, nomeadamente: ingresso no Prosa, durante o Prosa, pós-Prosa imediato e pós-Prosa atual.

Importa esclarecer estes dois últimos momentos, pós-Prosa imediato e pós-Prosa atual. O pós-Prosa imediato refere-se ao momento que sucede ao *términus* do programa Prosa, isto é, o que o beneficiário fez exatamente a seguir ao programa ter terminado, em termos ocupacionais (ou profissionais). O pós-Prosa atual refere-se ao momento em que se realizou a entrevista. Em relação a esta última temporalidade, procurou-se saber se os entrevistados estão e como estão ocupados ou integrados no mercado de trabalho. Verificou-se que, em média, a distância temporal entre o pós-Prosa imediato (final do programa) e o pós-Prosa atual é de 1 ano e meio.

Mas, antes de nos debruçarmos sobre o ingresso no Prosa e os momentos seguintes vejamos como se verificou a transição escola-trabalho dos entrevistados, assim como se processou a sua trajetória profissional até esse momento.

Um fator relevante respeita à existência de diferenças de género, dado que as mulheres, quando abandonaram a escola, raramente entraram diretamente para o mercado de trabalho. Numa primeira fase, passaram algum tempo em casa, a ajudar a progenitora nas atividades diárias relacionadas com a vida doméstica e apoiando os irmãos mais novos. Posteriormente ingressaram no mercado de trabalho em empregos precários, trabalhos ao dia, alguns de carácter sazonal, conseguidos através dos pais em casas ou empresas de pessoas conhecidas da rua. O tipo de trabalhos executados respeitava a: “dar dias” (entrevistas 4 e 8), hotelaria (entrevista 5), “rasgar tocas” [trabalho em estufas] (entrevista 9), costura (entrevista 10). Só um caso envolvia uma atividade aparentemente mais qualificada: o apoio a contabilidade (entrevista 6). Ainda em relação às desigualdades de género, de notar que as mulheres estão incumbidas de tomar conta dos filhos, o que dificulta a sua integração no mercado de trabalho.

Relativamente aos homens, quando abandonaram a escola, foram trabalhar fora de casa, geralmente com o pai na mesma profissão. Os empregos obtidos remetiam para trabalhos, igualmente, precários e penosos¹: “cabreiro” [pastor] (entrevista 1), construção civil [ajudante de pedreiro] (entrevista 3, 7), operário (entrevista 11), canalizador (entrevista 12) e, finalmente, uma atividade menos penosa, merceeiro (entrevista 2).

O confronto das profissões de homens e mulheres permitiu encontrar uma outra diferença: as mulheres ocupavam, maioritariamente, empregos que estendem no mundo do trabalho as competências domésticas (“dar dias”, empregadas domésticas) (Diogo & Roque, 2006), enquanto os homens tendiam mais a ocupar empregos mais penosos, exigindo maior força física.

Não obstante as desigualdades de género existem algumas características comuns que permitem situar os entrevistados nas categorias sociais mais desfavorecidas: desde logo a informalidade com que estes trabalhos eram conseguidos, através de pessoas da família ou de pessoas conhecidas na rede de vizinhança. No mesmo sentido vai a idade do abandono, escolar, em média aos 12 anos, com a (relativa) exceção dos 3 mais novos.

Contudo, salientam-se três informações de maior relevo para o posicionamento social destes indivíduos nas categorias sociais mais despossuídas e, ao mesmo tempo, para caracterizar a sua relação com o emprego como de trajetória de emprego em carrossel: a primeira é que todos os entrevistados apresentavam, antes de ingressar no Prosa, uma grande instabilidade no emprego com *sucessivas mudanças de emprego e, ao mesmo*

tempo, de profissão; a segunda respeita à legalidade do emprego, pois não foi efetuado nenhum contrato de trabalho ao longo do período “antes do Prosa”; e a terceira informação consiste na conclusão de que os períodos entre o desemprego e uma nova ocupação tendiam a ser muito longos.

Em regra, o percurso típico é o seguinte: após o abandono escolar, começaram por trabalhar nas mesmas empresas ou atividades que os pais, no caso dos homens e, no caso das mulheres, após algum período em casa, foram “dar dias” a pessoas conhecidas, vizinhos, pessoas do bairro. Os trabalhos por onde passaram foram arrançados mobilizando a rede de relações pessoais, pessoas amigas, conhecidas e próximas. Contudo, grande parte da sua vida é marcada pelo desemprego. Esta situação é especialmente visível na entrevista 4. Esta entrevistada abandonou a escola aos 9 anos. Começou por trabalhar em casa, ajudando a progenitora a tomar conta da casa e dos irmãos mais novos. Mais tarde, foi “dar dias”, primeiro numa casa de uma senhora da mesma rua onde morava e, mais tarde, de outras vizinhas. Depois deste trabalho, teve outros, desta vez sazonais, como estufas e vinhas. A entrevistada relata que nunca foram trabalhos duradouros e fixos, e não teve qualquer contrato. Entre os diversos trabalhos, esteve desempregada durante períodos longos. O principal ator a quem recorria a pedir ajuda para conseguir emprego era, normalmente, a assistente social que a acompanhava, sem esquecer as relações pessoais, como familiares e vizinhos.

Os beneficiários no ingresso, durante e depois do Prosa				
Entrevista	Como foi contactado	Tempo	O que fez a seguir ao <i>términus</i>	Situação atual
1	Técnica de Serviço Social da IPSS mais próxima da sua residência	1 ano e meio	"Eu nunca mais trabalhei"	Desempregado
4	Técnica de Serviço Social da IPSS mais próxima da sua residência	1 ano	[estou desempregada] "e o meu marido também está desempregado"	Desempregada
5	Centro de Emprego	1 ano	"Estava um mês e qualquer coisa desempregada quando me chamaram logo, até que eu disse: nem deu tempo para respirar! [...] voltei para o Hotel [...] tive lá um ano e meio, mas também por causa de uma baixa do turismo, viemos embora"	Desempregada
8	Dirigente da Direcção da IPSS mais próxima da sua residência	1 ano e meio	"Depois fiquei uns dias em casa e depois comecei a fazer voluntariado"	[Voluntariado] Desempregada
9	Dirigente da Direcção da IPSS mais próxima da sua residência	1 ano e meio	"Eu tive assim...depois tive em casa, vim outra vez, chamaram-me outra vez. Agora é que estou fazendo [voluntariado]"	[Voluntariado] Desempregada
11	Técnica de Serviço Social da IPSS que o acompanhou desde a sua chegada da América	1 ano e meio	"(...) eu estou no fim do desemprego por dois anos, eu fiz os papéis e eles deram-me mais um ano."	[Voluntariado] Desempregada
12	Técnica de Serviço Social da IPSS que o acompanhou desde a sua chegada da América	1 ano e meio	"Eu e o XXXX[outro utente] começámos na mesma altura [o Prosa] e acabámos na mesma altura e estamos agora os dois no fundo do desemprego por causa disso."	[Voluntariado] Desempregada

Os beneficiários no ingresso, durante e depois do Prosa				
Entrevista	Como foi contactado	Tempo	O que fez a seguir ao <i>términus</i>	Situação atual
2	Centro de Emprego	1 ano e meio	"Depois fui para casa, tive um ano desempregado. Entretanto, novamente pelo Centro de Emprego chamaram-me para fazer novo Prosa e agora estou a fazer novo Prosa noutra instituição [...]"	Prosa
10	Dirigente da Direcção da IPSS mais próxima da sua residência	1 ano e meio	"A primeira vez que fiz o Prosa foi aqui nesta instituição. Depois, fiz o voluntariado, eles deram-me três anos, foi logo, não chegou a um mês! E agora estou no Prosa outra vez!"	Prosa
3	Centro de Emprego	1 ano e meio	"Continuo aqui nesta instituição, mas noutro programa. Encontro-me a fazer um CTTS"	CTTS
6	Centro de Emprego	1 ano e meio	"[...] disseram-me: a Sra. Vai ter paciência, vai ficar uns dias em casa e depois então vai ser novamente chamada para passar para o CTTS"	CTTS
7	Centro de Emprego	1 ano e meio	"Eles gostaram, foi tão bom o meu serviço que eu hoje estou aqui! Isso já foi há dois anos para trás. Eu fiz o meu serviço, ele [Presidente da Direcção] gostou do meu serviço, meteu-me no Prosa, depois para outro programa [CTTS], estou aqui a trabalhar!"	CTTS

Quadro 1 - Ocupação dos Beneficiários: ingresso, durante e depois do Prosa

Vejamos, pois, como os entrevistados se relacionaram com o Prosa.

No primeiro momento, o momento do **ingresso do Prosa**, cinco dos entrevistados foram contactados pelo Centro de Emprego (entrevistas 2, 3, 5, 6, 7) para frequentarem o programa. Os outros sete (entrevistas 1, 4, 8, 9, 10, 11 e 12) foram contactados por Técnicos ou dirigentes das IPSS onde se vieram a acomodar para participar no programa.

Relativamente ao segundo momento, **durante o programa Prosa**, os entrevistados 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, frequentaram o programa 1 ano e meio enquanto as entrevistadas 4 e 5 o fizeram por um ano (por falta de verbas por parte da entidade que as recebeu).

No terceiro momento, no **pós-Prosa imediato** é relevante que nenhum ficou normalmente contratado nas instituições onde trabalharam durante a vigência do programa. Apenas uma entrevistada (entrevista 5) encontrou emprego no mercado normal de trabalho.

Finalmente o quarto momento, o **pós-Prosa atual**, verificamos que 7 entrevistados (1, 4, 5, 8, 9, 11 e 12) se encontram desempregados. Destes, os entrevistados 8, 9, 11 e 12 encontram-se a receber o Subsídio de Desemprego e prestam serviço de voluntariado nas instituições onde foram integrados no Prosa como forma de ocupação. Os entrevistados 2 e 10, após o fim do programa ficaram ao abrigo do Subsídio de Desemprego. Algum tempo depois foram contactados novamente pelo Centro de Emprego e integrados, de novo no programa Prosa. Por fim, os entrevistados 3, 6 e 7 foram integrados no programa CTTSⁱⁱ.

Resumindo, verifica-se que a maioria se encontra atualmente desempregada e com muitas dificuldades em aceder ao mercado de trabalho. Os restantes encontram-se ocupados novamente em programas ocupacionais, seja o Prosa seja o CTTS. Apenas uma entrevistada conseguiu emprego no mercado normal de trabalho, embora temporariamente (entrevistada 5). Nenhum dos outros entrevistados integrou o mercado de trabalho ou ficou a trabalhar nas instituições onde fizeram o Prosa.

Alguns entrevistados (8, 9, 11 e 12), apesar de desempregados e de usufruírem, até ao momento em que decorreu a entrevista, de subsídio de desemprego, continuam na mesma instituição onde realizaram o Prosa em regime de voluntariado, a exercer as mesmas funções anteriores. Uma situação que merece relevo, dada a sua distância em relação ao que se entende, normalmente, pela relação de trabalho e ao facto de ser uma inovação social, um passo em direção a algo tão novo na relação dos indivíduos com o trabalho que ainda não tem nome. O termo voluntariado não lhes faz justiça, na medida em que estamos perante indivíduos que não têm alternativas de rendimento ao subsídio de desemprego e porque não se trata de uma atividade exercida fora das horas de trabalho ou no tempo da reforma mas, precisamente, da atividade de trabalho sobre a qual ganhavam um salário e que agora exercem gratuitamente.

4. O programa prosa e as trajetórias de emprego dos seus beneficiários

Posto isto, podemos afirmar que “estamos na presença de beneficiários típicos com uma inserção profissional no mercado de trabalho secundário” (Diogo, 2003).

Para os beneficiários do Prosa, a passagem pelo programa parece ser a experiência profissional mais longa e aproximada que tiveram junto do mercado normal de trabalho. Após o seu *términus* regressam à situação de desemprego que os levou a este programa ocupacional. Estas situações traduzem, portanto, *trajetórias de emprego em carrossel* (Diogo, 2010). Existem, aliás, algumas características dos percursos profissionais analisados que permitem classificá-los como situações limite, designadamente a frequente mudança de profissão (e não apenas de emprego) e os extensos períodos de desemprego entre empregos. Aos quais acresce, a estranha atividade de se ser voluntário, não remunerado, no próprio posto de trabalho do qual se foi despedido. Por outro lado, se a experiência do Prosa pode ser vista como positiva, mesmo na avaliação dos próprios desempregados (Vaz, 2013) a questão que se coloca é, precisamente, quais os efeitos positivos desta medida de apoio social nos casos em análise, mais ainda, quais os efeitos estruturaisⁱⁱⁱ, se alguns, tem esta medida na relação dos seus beneficiários com o emprego e o mundo económico a longo prazo.

A principal vantagem deste programa sobre outras atividades ocupacionais e estágios parece ser o facto de conceder acesso a um contrato de trabalho, ainda que pelo tempo do apoio, algo que se assemelha, para efeitos de inserção, a um contrato de duração determinada. Hespanha & Matos (2000), após avaliação da aplicação deste tipo de medidas, salientam, também, como aspetos positivos a possibilidade de permitir melhorar as qualificações e estimular a empregabilidade dos desempregados através da sua participação no mercado de trabalho, contribuindo simultaneamente para o aumento da autoestima e para a sua autonomia. Acrescente-se os descontos que se faz para a proteção na doença e no desemprego bem como para a reforma.

Por outro lado, reproduz-se um mercado de trabalho secundário, temporário e até pouco integrador. Inseridos nas diversas entidades promotoras do programa e “trabalhando a par de outros trabalhadores regulares, estes trabalhadores não gozam dos mesmos direitos desses outros trabalhadores, designadamente no que respeita ao salário, horário laboral e às próprias condições de trabalho” (Hespanha & Matos, 2000). Além disso, pode-se questionar até que ponto as entidades envolvidas na receção destes beneficiários não estão a usá-los como um recurso que lhes permite poupar em empregos normais, dentro da norma, e, dessa forma, a questão que se coloca é até que ponto este tipo de programas não é um contributo para a precarização estrutural do emprego, ao desviar postos de trabalho do mercado normal para serem ocupadas pelos utentes deste tipo de programa.

É caso para se dizer que existe um flagrante contraste entre as intenções dos programas ocupacionais no sentido de serem uma ponte entre o desemprego e o emprego (Pedroso, 2005) e a realidade da inexistência de empregos para estes indivíduos concretos.

Apesar de este estudo não poder ser generalizável à totalidade dos beneficiários do programa Prosa, e muito menos aos programas ocupacionais em Portugal, permite levantar as questões apresentadas.

Enfim, ficou claro que a trajetória de emprego em carrossel é um conceito com elevado potencial heurístico na explicação da relação com o emprego de algumas categorias sociais que, mais do que caracterizadas pela precariedade no emprego, são afetadas ao longo do tempo por uma sucessão de situações de precariedade entremeadas por períodos de desemprego mais ou menos extensos, e sem hipóteses de melhoria socioprofissional.

Por isso, podemos falar de um problema estrutural, associado à forma como se organiza a sociedade portuguesa. Encontramos justificação para a afirmação da estruturalidade do problema na fraca escolaridade proporcionada pelo estado a estes indivíduos, passando pela fraca capacidade de impor a regulação económica que o mesmo estado revela, bem presente na inexistência de qualquer contrato assinado antes do Prosa pelos entrevistados, sem esquecer que estes indivíduos têm uma função na economia, dado que desempenham papéis económicos necessários (quando trabalham), apesar de subordinados e desvalorizados. Esta comunicação é, pois, uma janela para os problemas de pobreza e de desigualdades sociais que perpassam a sociedade portuguesa, vistos através da perspectiva dos indivíduos e dos efeitos sociais na sua vida concreta.

Acrescente-se que não se pode esquecer que o tempo que vivemos é de crise económica e de desemprego, afetando, em primeiro lugar, os menos qualificados, como é o caso dos beneficiários deste programa em geral e dos entrevistados em particular.

Portanto, parece pertinente uma avaliação do impacto desta medida na vida dos indivíduos para que se possa obter uma visão mais apurada, fundadora de outra intervenção junto deste público. Na verdade, estas medidas de política pública ativa são, por um lado, muito pertinentes pois ajudam a colmatar as dificuldades em períodos de grande instabilidade financeira, como o atual, e constituem uma ocupação útil para os indivíduos. Por outro lado, contribuem para um mercado de trabalho secundário, onde os direitos dos indivíduos e a sua inserção profissional está abaixo do que seria necessário para uma completa integração social, com base na participação nos modos de vida dominantes na sociedade, a partir dos recursos e estatuto proporcionados pela profissão desempenhada.

Mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de considerar o contexto societal em que a medida se insere, questionando-o e tendo em consideração que projetos políticos que pretendam resolver os problemas sociais associados aos beneficiários do Prosa e de medidas similares não se podem esgotar nestes programas sendo necessário abarcarem medidas de transformação mais ou menos profunda das lógicas de funcionamento social que, em boa parte, produziram as situações que levaram estes indivíduos a necessitar deste tipo de medidas de apoio.

Referências bibliográficas

Alves, Nuno de Almeida, Frederico Cantante, Inês Baptista e Renato Miguel do Carmo (2011). *Jovens em Transições Precárias. Trabalho, Quotidiano e Futuro*. Lisboa: Mundos Sociais.

Beck, Ulrich (2001). *World risk society*, Cambridge: Polity Press.

Capucha, Luís (1998). *Grupos desfavorecidos face ao emprego, tipologias e quadro básico de medidas recomendáveis*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.

Carreira, Henrique Medina (1996). *As Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa: Gradiva.

Castel, Robert (2009). *La montée des incertitudes, travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Éditions du Seuil.

CET (2009). *Necessidades em Portugal: tradição e tendências emergentes, resultados do inquérito por questionário*. Lisboa: TESE.

- Chaves, Miguel, Morais, César, Sedas Nunes, João (2009). Os diplomados do ensino superior perante o mercado de trabalho: velhas teses catastrofistas, aquisições recentes. *Fórum Sociológico*, nº 19, pp. 83-98.
- Costa, Alfredo (2002). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Cruz, Sofia Alexandra (2008). *Trabalhadores(as) e contextos de trabalho em centros comerciais portuenses: o caso das lojas de vestuário e de restauração*. Tese de Doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.
- Diogo, Fernando (2003). *Trabalho e Rendimento Mínimo Garantido: Tensão identitária e (re)produção das identidades sociais*. Ponta Delgada, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade dos Açores, policopiado.
- Diogo, Fernando (2007a). *Pobreza, Trabalho, Identidade*. Oeiras: Celta.
- Diogo, Fernando (2010). Precários voláteis e trajetórias de emprego em carrossel, o caso dos beneficiários do RSI. *Fórum Sociológico*, nº 20, pp. 29-38.
- Diogo, Fernando (2012a). Precariedade laboral em situação de pobreza: contributos para uma tipologia. Comunicação apresentada ao VII Congresso Português de Sociologia, Sociedade, Crise e Reconfigurações, 19 a 22 de Junho de 2012 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0765_ed.pdf
- Diogo, Fernando (2012b). Precariedade no emprego em Portugal e desigualdades sociais: alguns contributos. In *Observatório das Desigualdades*, <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=129> acessado em 11 de setembro de 2013.
- Diogo, Fernando (2012c). Trajectoire de l'emploi, en carrousel, dans des contextes de pauvreté in Diogo, Fernando, Lalanda, Rolando e Tomás, Licínio. *Les nouvelles configurations de la mobilité humaine*. Fribourg: Academic Press Fribourg, pp. 193-198.
- Duarte, A. M. (2003). Flexibilidade do Trabalho e do Emprego e novas formas de Insegurança: breve reflexão sobre as consequências do trabalho e no emprego de um mundo flexível. *Sociedade e Cultura, cadernos do Noroeste*, nº 5, Vol. 21 (1-2), pp. 163-188.
- Gonçalves, Carlos (2009). 1. Desenvolvimento do estudo: notas teórico-metodológicas. in Gonçalves, Carlos (org.), *Licenciados, precariedade e família*. Porto: Estratégias Criativas, pp. 19-60.
- Hespanha, Pedro e Valadas, Carla (2002). Globalização dos problemas sociais, globalização das políticas. O caso da estratégia europeia para o emprego. In Pedro Hespanha e Graça Carapinheiro, *Risco Social e incerteza, pode o Estado Social recuar mais?* Porto: Edições Afrontamento.
- Kovács, Iona (2005b). Emprego flexível em Portugal: alguns resultados de um projecto de investigação. *Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades*. Oeiras: Celta, pp. 11-53.
- Mishra, Ramesh (1995). *O Estado-Providência na Sociedade Capitalista*. Oeiras: Celta Editora.
- Mozzicafreddo, Juan (1992). O Estado-Providência em Portugal: estratégias contraditórias. *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 12, pp. 57-89.
- Oliveira, Luísa e Carvalho, Helena (2008). A precarização do emprego na Europa. *Dados*, vol. 51, nº3, pp. 541-567.
- Oliveira, Luísa, Carvalho, Helena e Veloso, Luísa (2011). Formas atípicas de emprego juvenil na União Europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 66, pp. 27-48.
- Pedroso, Paulo (coord.) Ferreira, António Casimiro, Dornelas, António, Estanque, Elísio, Centeno, Mário e Novo, Álvaro (2005). *Acesso ao Emprego e Mercado de Trabalho, formulação de políticas públicas no horizonte de 2013*, Coimbra: FE-UC.
- Rebelo, Glória (2002). Para uma tipologia da precariedade da actividade laboral. *Organizações e Trabalho*, nº 28, pp. 69-85.

Rebelo, Glória (2004). *Flexibilidade e precariedade no trabalho: análise e diagnóstico*. Lisboa: Fundação Para a Ciência e Tecnologia.

Rosa, Maria Teresa (coord.), Pegado, Elsa, Saleiro, Sandra, Gonçalves, Fortunata e Duarte, Rosa (2000). *Trabalho precário, perspectivas de superação*. Lisboa: Observatório do Emprego e da Formação Profissional.

Santana, Vera e Centeno, Luís Gomes (coord.) (2000). *Formas de trabalho, trabalho temporário; subcontratação*. Lisboa: Observatório do Emprego e da Formação Profissional.

Santos, Boaventura Sousa (2001). Desigualdades e exclusão num mundo globalizado. Novos problemas e novos desafios para a teoria social. In Boaventura Sousa Santos, *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento.

Vaz, Fernanda Freitas (2013). *Trajetórias de emprego precárias: O programa Prosa enquanto política pública ativa*. Ponta Delgada, Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade dos Açores.

ⁱ Sobre o conceito de penosidade do trabalho vide Diogo (2007).

ⁱⁱ O CTTS – Ocupação Temporária de Trabalhadores Beneficiários de Subsídio de Desemprego – consiste num programa ocupacional de desemprego que visa o aumento da possibilidade de reinserção no mercado de trabalho (Decreto Regulamentar Regional nº 9/2008/A, de 7 de Maio).

ⁱⁱⁱ Efeitos estruturais aqui entendidos como modificações duradouras no posicionamento social de cada indivíduo em geral e no emprego em particular, com impacto nas diversas dimensões da sua vida.